

**PROJETO EXECUTIVO PARA REQUALIFICAÇÃO
DO PAÇO MUNICIPAL DE GOIANA**

**PRODUTO 2
PROJETO EXECUTIVO**



**VOLUME II
PROJETO DE MONITORAMENTO,
RESGATE E SALVAGUARDA
DE ACHADOS ARQUEOLÓGICOS**



Secretaria de
Turismo



PERNAMBUCO
GOVERNO DO ESTADO



SETEMBRO, 2014

Projeto Executivo de Requalificação
do Paço Municipal de Goiana - PE

Projeto Executivo
**Volume II – Projetos de Monitoramento, Resgate e
Salvaguada de Achados Arqueológicos**

Setembro/2014

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

João Lyra Neto
Governador

Romeu Baptista
Secretário de Turismo

Luciana Carvalho
Secretário Executivo de Turismo

Salo Bortman
Secretário Executivo Prodetur Nacional PE

Ivete Lacerda
Gerente Geral Prodetur Nacional PE

EQUIPE TÉCNICA PRODETUR NACIONAL PE

Tiago Andrade Lima
Superintendente de Meio Ambiente

Simone Jar
Superintendente de Turismo

Carlos Estima
Superintendente de Infraestrutura

Diogo Carvalho
Assessor Jurídico

Mariza Jordão
Gestora de Projetos de Arquitetura e Patrimônio Histórico

EQUIPE TÉCNICA CONSÓRCIO PROJETEC/ECOPLAN (GERENCIADORA)

Luís Antônio Rosa
Coordenação Geral

Anamélia Soares
Coordenação de Planejamento e Monitoramento

Elizabeth Domingos
Coordenação de Meio Ambiente

Cristiane Viana
Coordenação de Infraestrutura

Ana Cláudia Fonseca
Especialista em Arquitetura e Patrimônio Histórico

Adriana Custódio
Turismóloga

CL ENGENHARIA E URBANISMO Equipe Técnica

Marcelo Figueiredo
Coordenador Geral

Evelyn Schor
Coordenadora do Projeto

Roque Samudio
Coordenador de Campo

Andresa Santana
Historiadora
Carolina Moura
Eva Passavante
Lucyana Mendonça
Roque Samudio
Vitor Ramos
Arquitetos

Levantamento Arquitetônico
Projeto de restauro e Proposta de intervenção
Projeto Executivo de Arquitetura

Natália Mesquita
Arquiteta
Projeto de Luminotécnica e Iluminação Externa

Evelyn Schor
Laís Pimentel
Arquitetas
Projeto de Paisagismo e Agenciamento

Glena Salgado Vieira
Roberto Carneiro da Silva
Ulisses Pernambucano de Melo Neto
Arqueólogos
Virgínia Pernambucano de Mello
Cientista Social
Rafael Campos Dália Maia
Fotógrafo
Projeto de Monitoramento, Resgate e
Salvaguarda de Achados Arqueológicos

Denillo Candeia de Lima
Engenheiro Civil
Projeto Estrutural, de Fundações e Contenções

Alexandre A. Neves Falcão
Engenheiro Civil
Projeto de Instalações Hidrossanitárias
Projeto de Drenagem de Águas Pluviais

Émerson Morais
Engenheiro Eletricista
Projeto de Instalações Elétricas
Projeto de Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas - SPDA

Ana Luiza de Barros Falcão
Engenheira Eletricista
Projeto de Instalações de Cabeamento Estruturado (telefonia e lógica)
Projeto de Instalações de Circuito Fechado de TV – CFTV

Carlos Alberto G. da Silva
Técnico em Segurança do Trabalho
Projeto de Detecção, Prevenção e Combate a Incêndios

Alexandre José Piori J. Marques
Engenheiro Mecânico
Projeto de Climatização

Alexandre Braz da Silva
Arquiteto
Topografia

Rebeka Pontes
Samuel Soares
Estagiário de Arquitetura e Urbanismo

APRESENTAÇÃO

O presente relatório é parte dos produtos obtidos no contrato nº. 007/2014 – *Realização do Projeto Executivo de Requalificação do Paço Municipal de Goiana*, firmado entre o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR Nacional Pernambuco) e a Cunha Lanfermann Engenharia e Urbanismo.

Faz parte deste documento o Projeto de Monitoramento, Resgate e Salvaguarda de Achados Arqueológicos, que consiste no produto do Volume II, de um total de seis, do Produto 2 – Projeto Executivo, da fase homônima do contrato acima citado.

- PRODUTO 1 - PROJETO BÁSICO DE ARQUITETURA
 - VOLUME I – LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO, ARQUITETÔNICO E DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA
 - ANEXO I – Levantamento Topográfico
 - ANEXO II – Levantamento Arquitetônico
 - VOLUME II – PROJETO DE ARQUITETURA E ESTRUTURA
 - ANEXO I – Projeto de Arquitetura
 - ANEXO II – Projeto de Estrutura
- **PRODUTO 2 - PROJETO EXECUTIVO**
 - VOLUME I – PROJETO DE RESTAURO E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO
 - ANEXO I – Projeto de Restauro
 - ANEXO II – Proposta de Intervenção
 - **VOLUME II – PROJETO DE MONITORAMENTO, RESGATE E SALVAGUARDA DE ACHADOS ARQUEOLÓGICOS**
 - VOLUME III – PROJETO EXECUTIVO DE ARQUITETURA
 - TOMO I
 - TOMO II
 - VOLUME IV – PROJETO DE ILUMINAÇÃO E PAISAGISMO
 - ANEXO I – Projeto de Luminotécnica e Iluminação Externa
 - ANEXO II – Projeto de Paisagismo e Agenciamento
 - VOLUME V – PROJETO ESTRUTURAL, DE FUNDAÇÕES E CONTENÇÕES
 - ANEXO I – Projeto Estrutural, de Fundações e Contensões
 - VOLUME VI – PROJETOS COMPLEMENTARES
 - ANEXO I – Projeto de Instalações Hidrossanitárias
 - ANEXO II – Projeto de Drenagem de Águas Pluviais
 - ANEXO III – Projeto de Instalações Elétricas
 - ANEXO IV – Projeto de Instalações de Cabeamento Estruturado (telefonía e lógica)
 - ANEXO V – Projeto de Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas - SPDA
 - ANEXO VI – Projeto de Instalações de Circuito Fechado de TV - CFTV
 - ANEXO VII – Projeto de Detecção, Prevenção e Combate a Incêndios
 - ANEXO VIII – Projeto de Climatização
- PRODUTO 3 – CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES E ORÇAMENTO

SUMÁRIO

1. DADOS DE PROJETO	7
2. JUSTIFICATIVA.....	8
3. OBJETIVO GERAL.....	8
4. OBJETIVO ESPECÍFICO	8
5. OBJETO.....	8
6. HISTÓRICO.....	9
6.1. Primeiras notícias.....	9
6.2. Caminhos que andam: a importância dos rios	11
6.3. Os portos da Mata Norte de Pernambuco.....	11
6.4. Goiana no século XVIII.....	13
6.5. A Cidade, o Porto e o Comércio	13
6.6. Os Mascates.....	15
6.7. A Casa da Câmara e Cadeia	18
6.8. O declínio da Cidade de Goiana	19
6.9. A história e a percepção da cidade	20
6.10. O que eram as Câmaras Municipais?.....	20
6.11. Em Pernambuco	23
6.12. O Programa arquitetônico das Casas de Câmara e Cadeia.....	24
7. CAMPO DE ATUAÇÃO	28
8. METODOLOGIA	28
9. SEQUÊNCIA DAS OPERAÇÕES	29
9.1. No sítio.....	29
9.2. No gabinete/laboratório	29
9.3. Educação patrimonial e meios de divulgação	29
10. PRAZO	29
10.1. Cronograma Físico das Atividades	30
11. PRODUTO.....	30
ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENDOSSO INSTITUCIONAL E CIENTÍFICO	
ANEXO II – MODELO DE COMPROVAÇÃO DE IDONEIDADE FINANCEIRA	
ANEXO III – MODELO DE CURRÍCULO DA EQUIPE TÉCNICA	
ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO	

1. DADOS DE PROJETO

Estado: Pernambuco
Município: Goiana
Empreendimento: **Requalificação do Paço Municipal de Goiana**
Fase: Apresentação de Plano de Trabalho Científico: arqueologia da restauração.
Órgão: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN
Base legal: Decreto Lei nº 25/1937, Lei nº. 3.924/1961, Portaria Iphan nº 07/1988; Processo de Tombamento Iphan 1483-T-2001 “Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Município de Goiana” (em estudo).
Objeto: Edifício Paço Municipal de Goiana.
Endereço: Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 203 Centro Goiana/PE.
Coordenadas: 25M 0279508 – UTM 9164070. (*datum* SAD 69)

2. JUSTIFICATIVA

Trata-se de imóvel inserido na proposta de polígono de proteção cultural em nível federal, perímetro que integra o estudo de tombamento desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Pernambuco (Iphan/PE), atualmente submetido a análise técnica do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam/Iphan).

A Lei Orgânica do Município de Goiana (revisada e atualizada até a Emenda nº 012/2010) prevê que cabe ao Município “prover a tudo quanto se relacione com o seu peculiar interesse e o bem-estar de sua população, competindo-lhe, privativamente, dentre outras, [...] a atribuição de promover a proteção do patrimônio histórico-cultural, observada a legislação e ação fiscalizadora federal e estadual”.¹

O edifício do *Paço Municipal*, tratado no referido estudo de tombamento federal como “bem relevante”, agrega potencial a ser explicitado na presente etapa, qual seja, a de identificação e conhecimento do bem. Esta enfoca os aspectos históricos, artísticos, formais e técnicos, a saber: pesquisa histórica, levantamento físico, análise tipológica, identificação de materiais e do sistema construtivo por meio de prospecções de arqueologia da arquitetura.

Os resultados obtidos pretendem esclarecer o processo das mudanças e significação do *Paço Municipal* ao longo da trajetória temporal percorrida, o que permitiu o reconhecimento deste como patrimônio cultural.

3. OBJETIVO GERAL

Requalificação do *Paço Municipal* de Goiana para implantação de espaço cultural e centro de atendimento ao turista.

4. OBJETIVO ESPECÍFICO

Plano de Trabalho Científico para “monitoramento [interventivo], resgate e salvaguarda de achados arqueológicos” tal como preconizado no Processo Licitatório nº. 047/2013 que visa atender ao Programa Nacional do Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR NACIONAL) em Pernambuco.

5. OBJETO

Imóvel que abrigou a Casa da Câmara e Cadeia, depois (1925) Paço Municipal e atualmente encontra-se desocupado, mas foi utilizado até recentemente como sede da Prefeitura Municipal. Integra a Zona de Preservação Cultural de Goiana e o polígono do tombamento federal em estudo para o Centro Histórico.

¹ Disponível em http://www.goianaprevi.com.br/arquivos/leis/lei_organica_goiana_pe_012_2010.pdf. Acesso 10 ago. 2014



Imagens 01 e 02: À esquerda, vista da sede da Prefeitura Municipal de Goiana, em 2009. À direita, mapa do trecho urbano de Goiana onde se localiza o edifício do antigo *Paço Municipal*.



6. HISTÓRICO

6.1. Primeiras notícias

As terras situadas na área de abrangência do Município de Goiana foram incorporadas à economia colonial europeia desde o século XVI.

A extração do vegetal *caesalpinia echinata* mais conhecido como pau-brasil foi a atividade econômica inicial desenvolvida na região, com o estabelecimento de portos de embarque - chamados “feitorias” - no litoral norte da Capitania de Pernambuco. A mais famosa delas foi fundada pelo francês Cristóvão Jacques e deu origem ao povoamento da Ilha de Itamaracá, na vizinha capitania, com esse nome.

Franceses, corsários ingleses e contrabandistas portugueses, auxiliados pelos índios potiguaras, principal tribo indígena que habitava a região, dinamizaram intensamente o comércio do pau-brasil na área. Madeira considerada, do ponto de vista comercial europeu, apenas como um dos produtos exóticos das “Índias”, mais uma “especiaria” introduzida na vasta economia colonial marítima portuguesa.

Do extrativismo acelerado do pau-brasil já se tem notícia desde 1511, quando, calcula-se, foram levados do atual trecho do litoral pernambucano, só naquele ano, mais de 800 toneladas.

Na Capitania de Pernambuco, o próprio Duarte Coelho que aportou no Brasil em 1535, menciona, em várias cartas encaminhadas ao Rei de Portugal, os enormes prejuízos causados pelo indiscriminado tráfico da madeira, sobretudo da Capitania de Itamaracá: “em especial por os franceses, os quais se sentirem não estar eu na terra, começaram a fazer das suas velhacarias, pois há catorze dias aqui quiseram fazer o que costumavam”, isto é, traficar o pau-brasil.

Queixava-se o donatário, em 1546, “em especial de uns homens que, com favor e abrigo meu, de três anos para cá estão na terra de Pero Lopes, pegada comigo [a Capitania de Itamaracá], os quais, com disfarce de estabelecer fazendas como habitantes da terra, são exploradores de brasil, que nunca deixam de o fazer e carregar, porque de três anos para cá têm levado mais de seis ou sete navios carregados dele”. No mesmo documento, informa ainda que o pau-brasil já “está muito longe, pelo sertão adentro e muito trabalhoso e

perigoso de obter e muito custoso e os índios fazem-no de má vontade”; e solicita que “na terra de Pero Lopes, não se faça brasil daqui a dez ou doze anos ao menos”.²

De posse de alvarás concedidos pelo rei, os armadores buscavam principalmente o conhecido “pau de Pernambuco”, não só pela relativa proximidade desse lugar dos portos portugueses, mas “pelo fato de ser ‘o melhor de todo este Brasil’ e o mais rico em matéria corante”.³

A razão dessa preferência era em relação aos demais do Brasil, sobretudo o fato de ser “o melhor de todo este Brasil e o mais rico em matéria de corante”, a ponto de figurar o vocábulo nos dicionários de línguas europeias de povos que tiveram negócios com a madeira como refere José Antônio Gonsalves de Mello em *Dois Relatórios Holandeses*. Dizia o historiador que

o pau-brasil de Pernambuco – muito conhecido nos mercados europeus como ‘pau de Pernambuco’, de que dão testemunho as expressões Pernambucshout, boi de Fernambouc e Pernambuc wood que se encontram em dicionários e enciclopédias holandeses, franceses e indo-ingleses. Era considerado como o que continha a melhor tinta: ‘O mais perfeito e de maior valia é o que se tira das capitâneas de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, porque sobrepua, com muito excesso de bondade, aos mais paus desta qualidade, que se dá pelas mais partes’, diz Ambrósio Fernandes nos seus *Diálogos das Grandezas do Brasil*.⁴

A documentação histórica indica que a região de Goiana, na Capitania de Itamaracá, era intensamente frequentada desde a chegada dos primeiros europeus ao litoral nordestino. Território de vales férteis, era disputado por índios Potiguares e Caetés, cuja participação ativa no extrativismo do pau-brasil possibilitou a penetração e o conhecimento da área. Como elemento provocador desta penetração deve-se considerar também que a presença deste vegetal não ocorria de forma densa ou contínua, mas isoladamente, aparecendo no meio de outras espécies vegetais da Mata Atlântica.

Da presença indígena na região mantem-se até hoje uma enorme quantidade de topônimos da língua tupi. Desde os tempos matriciais pernambucanos o Rio Goiana é citado, pioneiramente, no *Diário de Navegação* de Pero Lopes de Sousa, informando que “Sebastião Caboto, ao chegar em Pernambuco, enviou caravela em busca de água doce, ao Rio de las Piedras, ou das Pedras” que os cartógrafos localizaram em ponto correspondente ao Goiana. Em 1554 o nome *Capivaimy*, ao norte de Itamaracá, no mapa de Bartolomeu Velho, parece designar o rio Goiana”.⁵

Entretanto, a ocupação efetiva da área pelos portugueses, com a implantação da produção açucareira, ocorreu na segunda metade do século XVI, quando em 1569 foram doadas - por João Gonçalves, lugar-tenente da herdeira da Capitania de Itamaracá, Dona Jerônima de Albuquerque Sousa - as terras de uma sesmaria a André Vasques para levantar um engenho.

² MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Cartas de Duarte Coelho a El Rei*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1977.

³ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Dois Relatórios Holandeses*. São Paulo: Coleção da Revista de História, 1977. Notas - p. 10 e 27

⁴ Idem

⁵ COSTA E SILVA, Genny da. *Bibliografia sobre Goiana; aspectos históricos e geográficos*. Recife: Comissão Organizadora e Executiva das Comemorações do IV Centenário do Povoamento de Goiana, Imprensa da Universidade Federal de Pernambuco, 1972.

6.2. Caminhos que andam: a importância dos rios

Todo o sistema de transporte de pessoas e mercadorias da economia extrativista e açucareira, até o século XIX, baseava-se nos rios, grandes, médios ou pequenos: “no Nordeste da cana de açúcar, a água foi e é quase tudo. Sem ela não teria prosperado do século XVI ao XIX uma lavoura tão dependente dos rios, dos riachos e das chuvas; (...) A lavoura da cana no Nordeste – e pode-se acrescentar, no Brasil – parece ter começado nas terras de Itamaracá, à beira da água doce, como também da água salgada; das duas águas ao mesmo tempo. E quando depois se regularizou, com Duarte Coelho, foi para acompanhar as terras vizinhas das ribeiras”.⁶

Do Capibaribe-mirim - topônimo indígena cuja designação já aparece na cartografia portuguesa do século XVI - vem a denominação primitiva da cidade de Goiana. Mas, a substituição posterior de trecho do Capibaribe-mirim por Goiana também confirma a relação da cidade com o rio. Segundo refere o mais renomado tupinólogo brasileiro - Theodoro Sampaio, no livro *O Tupi na Geografia Nacional*, Goiana origina-se do vocábulo tupi *guayana* ou *guá-yái*, que significa “porto, ancoradouro do vale ou da baía; nome de uma cidade de Pernambuco; antigo porto até onde chegavam as sumacas que lhe subiam o rio com a maré”.⁷

O Capibaribe-mirim, ou Jacaré, nasce na Serra do Fervedor, no lugar denominado Estreito e junto com o Rio Tracunhaém constituem os principais “fornecedores” do Rio Goiana, juntamente com o Cruangi, o Siriji e o Morojó.

Situados na Região da Mata Seca, esta área da bacia do Rio Goiana, ou região de Goiana, que tem na cidade do mesmo nome o centro de povoamento, constitui “a região mais fértil do Estado, presta-se a numerosos cultivos e é difícil sugerir o mais apropriado”, refere o geógrafo Vasconcelos Sobrinho.⁸

Depois de explorar as matas próximas ao litoral e de atravessar a subzona marítima, integrada pela região dos tabuleiros, que no município de Goiana atinge sua maior largura e constitui um dos aspectos mais peculiares, foi ao longo do curso dos rios Capibaribe-mirim, do Tracunhaém e do baixo curso do Siriji que os traficantes do pau-brasil acessaram os sertões pernambucanos, percorrendo a trilha dos índios, sendo este o momento inicial a possibilitar o conhecimento mais aprofundado da região.

O desenvolvimento posterior de Goiana apoiado no açúcar transformou-a na “segunda cidade da província, [de Pernambuco, pois] Goiana dominava, desde o período colonial, o comércio da ‘mata seca’, do agreste pernambucano e dos sertões da Paraíba e do Rio Grande do Norte, na condição de intermediário da Praça do Recife, graças a uma antiga rede de caminhos terrestres e de comunicações flúvio-marítimas”.⁹

6.3. Os portos da Mata Norte de Pernambuco

Foi a partir da rede fluvial disponível na região que se tornou possível a ocupação, o povoamento e o florescimento de uma vigorosa economia colonial em Goiana, já iniciada na segunda metade do século XVI. Embora os portos da área fossem conhecidos desde os tempos pré-duartinos, aquele situado no Rio Goiana era o principal, pois “ao terminar o século XVI, já se ocupara a franja costeira da ‘terra firme’, ou seja, do continente, cujas várzeas amplas e planturosas eram mais aptas à lavoura da cana. Depois será ali, em

⁶ FREYRE, Gilberto *Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985 p. 19/20. Nota 84

⁷ SAMPAIO, Theodoro *O Tupi na Geografia Nacional*. São Paulo: Casa Eclética, 1901, pp. 119 e 125

⁸ SOBRINHO, Vasconcelos. *As regiões naturais de Pernambuco, o meio e a civilização*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1949. P. 38

⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. Nota 16 p. 230

Capibaribe, primeira denominação de Goiana, que o governo holandês preferirá instalar a administração da capitania”.¹⁰

No período de ocupação flamenga, os engenhos da região do Goiana, incluídos entre os primeiros a serem estrategicamente atacados no interior de Pernambuco, foram confiscados pelos novos ocupantes do Nordeste do Brasil. Alguns holandeses chegaram inclusive a se fixar nas terras conquistadas.

Ao término da ocupação holandesa, em 1654, a instabilidade e turbulência político-administrativa acentuam-se na região de Goiana, pois “durante a guerra da restauração, evacuara-se toda a população que habitava do Rio Grande até o norte de Olinda, de modo que, a partir de 1654, a região tivera de ser repovoada, como se os colonos tivessem voltado ao século XVI. Se nos anos 80 ainda se recuperavam as “fábricas” dos engenhos anteriores à ocupação batava, nos finais dos anos seiscentos Itamaracá já contava com um número superior (32) ao existente no tempo dos flamengos”.¹¹

A Câmara de Itamaracá, a cuja jurisdição pertencia Goiana, funcionava na antiga vila de Nossa Senhora da Conceição localizada na ilha. Mas a situação de dependência não correspondia aos interesses dos donos dos florescentes engenhos do continente.

Na verdade, a antiga Capitania de Itamaracá “tornara-se valhacouto de delinquentes fugidos de Pernambuco e da Paraíba”. Reincorporada à Coroa com a restauração da Vila de Nossa Senhora da Conceição, esta retomou apenas formalmente o seu lugar de “cabeça” da capitania. Povoação fantasma, vila deserta, logo os vereadores requereram a “transferência da Câmara para Goiana, que oferecia todas as comodidades de uma povoação de quinhentos fogos, dispendo ademais de fácil acesso ao mar por meio do seu porto fluvial muito frequentado pela cabotagem recifense. Ao contrário da mudança de Olinda para o Recife, o abandono de Conceição por Goiana constituiu, portanto uma reivindicação da açucarocracia”.¹²

Em 1685, uma Provisão Régia ordena que a Justiça e a Câmara da Capitania de Itamaracá passem a funcionar na

“Povoação de Capibaribe” (Goiana) e nela façam sua audiência com casa para ela e cadeia, ficando, porém na Ilha de Itamaracá o capitão da Vila com sua infantaria e mesmo na fortaleza da barra - aonde se irá fazer o pagamento de seus soldos; - resolução esta que se baixou em virtude de representação dos oficiais da Câmara da dita capitania de 3 de agosto de 1680, em razão dos inconvenientes que padeciam os moradores ‘em vir assistir e fazer audiência na dita ilha por ficar muito distante das outras povoações, havendo de passar os rios com risco de vida, e os litigantes perderem suas demandas, por não passarem o tempo de inverno a nado sete rios, que tinham; e pelas mesmas dificuldades não poderem acudir às suas obrigações sem receberem grande perda em suas fazendas.¹³

Em 1709 a Provisão foi revogada por Carta Régia e, novamente, em 1710, foi conferida a Goiana o predicamento de Vila. A pendência entre as duas localidades permaneceu por longo tempo, até que, finalmente em 1742, Goiana foi confirmada como sede da Capitania de Itamaracá.

¹⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mazombos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Nota 9.

¹¹ MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mazombos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Nota 10

¹² Idem.

¹³ Idem. Nota 11.

Não obstante as disputas entre as duas vilas pela sede da jurisdição da Capitania de Itamaracá, no plano religioso Goiana foi constituída como paróquia, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário, provavelmente desde o final do século XVI. Em 1611, consta no *Livro que Dá Razão do Estado do Brasil*, com o predicamento de paróquia e em 1612, era (pelo menos) “freguesia curada”, ou seja, filial da de São Lourenço de Tejucupapo.

6.4. Goiana no século XVIII

Com o desenvolvimento da agroindústria açucareira na região da Mata Norte de Pernambuco, a Vila de Goiana transformou-se no principal centro da economia regional. No século seguinte passou a ocupar o segundo lugar depois do Recife entre as cidades pernambucanas mais importantes.

Centro de convergência de todas as atividades econômicas da área, Goiana sobressaiu-se desde então, como principal ponto de passagem em direção ao Norte, à Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

A partir de sua efetiva consolidação econômica, até o final do século XIX, Goiana poderia ser enquadrada no que se costuma qualificar hoje como ponto logístico em Pernambuco.

A intensidade da atividade econômica processava-se especialmente em função do porto de embarque e desembarque que existia na cidade de onde saíam e chegavam produtos para o porto do Recife ou trazidos dele.

Dessa forma, tanto o porto, com as áreas de ocupação próximas e relacionadas a ele, quanto as igrejas com suas confrarias e irmandades, pátios, praças ou largos adjacentes, nortearam os principais caminhos da cidade onde as características de irregularidade no desenho urbano mantiveram-se até o final do século XIX.

Assim, ao longo do século XVIII, os espaços marcantes da sociabilidade de Goiana resultavam do caráter acentuadamente mercantil da cidade, na qual a legitimação e o fausto da vitalidade econômica expressavam-se enfaticamente por meio das edificações religiosas do culto católico romano.

Ao lado das construções religiosas, as maiores e mais suntuosas da cidade, deve ser registrado o edifício da Casa da Câmara e Cadeia, que simbolizava o poder civil e ocupava lugar de destaque na paisagem goianense.

6.5. A Cidade, o Porto e o Comércio

As observações escritas pelo Jornalista Paulo Cavalcanti confirmam o dinamismo da cidade, ao anotar que

econômica e socialmente era Goiana, nos fins do século passado, [XIX] a mais próspera cidade de Pernambuco, depois da capital. Ligada ao Recife por intenso tráfego de veículos, além de manter-se em contato com todo o Nordeste através de seu porto no rio Japomim, Goiana representava um dos esteios da economia da Província, com a grande lavoura de cana a predominar, absorvente. O latifúndio e a mão-de-obra escrava sustentavam a opulência da chamada aristocracia rural e os senhores de engenho exibiam o fastígio de uma situação privilegiada. (...) Situado a 3 léguas do mar, o porto de Goiana abrigava navios de médio calado que antes de receber os carregamentos de açúcar, esvaziavam seus porões de gêneros de subsistência, de fardos de tecidos, de especiais encomendas de baixelas, finas louças, perfumes, lustres de cristal, etc. Muitas dessas compras eram mandadas fazer na Europa pelas famílias dos proprietários rurais, os Cavalcanti do engenho Itapirema, os Dourado, de Megahó de

Baixo, os Maranhão, de Megahó de Cima, os Albuquerque Maranhão, do Mussumbu, os Rego Barros, de Bonito e Engenho Novo, os Paes Barreto, de Mariúna. (...) Havia vapores da Companhia Pernambucana nos dias 6, 16 e 26 de cada mês para Goiana. Segundo o Almanack de Pernambuco, cobravam-se, do Recife, àquele município, os seguintes preços: 'a ré, 8\$000; à proa, 3\$000'. Há uma lenda de fundo religioso, em Goiana, a respeito da invencibilidade de seu povo: é que todas as igrejas têm as fachadas voltadas para dentro da cidade como a defendê-la do inimigo. (...) Por sua posição geográfica, Goiana tornara-se o foco das atividades econômicas de uma vasta região de Pernambuco, abrangendo os municípios de Nazaré e Timbaúba e interessando as províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. O comércio da cidade beneficiava-se com esse intercâmbio, havendo comerciantes que vendiam perto de mil contos por ano. Nas ruas comerciais a aglomeração de cavalos e almocreves dificultava o trânsito e em vão a Paraíba criava os odiosos impostos chamados de barreira, que os matutos preferiam pagar, a deixar de abastecer-se em Goiana. Dos 30 mil habitantes da comarca, mais de 5 mil residiam na cidade, formando uma variegada população que participava da vida social e política. Os portugueses entregues às atividades urbanas faziam concorrência a um pequeno grupo de comerciantes nacionais, que tentava inutilmente quebrar as cadeias do asfixiante monopólio lusitano. Nas levas de imigrantes que os navios traziam de Portugal, muitos já chegavam com endereços de parentes e amigos fixados em Goiana.¹⁴

Como entreposto comercial de grande porte, outra atividade econômica que assumiu proporção de notabilidade em Goiana desde o XVIII era a realização das feiras semanais, à semelhança da que menciona Nestor Goulart Reis Filho, referindo-se à de Salvador,

era nas feiras que se realizava o comércio regular de produtos agrícolas, mas, sobretudo o do pescado [...]. Às feiras afluíam os vários produtos da terra e os de maior procura. A farinha de mandioca pelas várias maneiras como os índios a fabricavam, a tapioca; as raízes comestíveis, aipins e batatas; o milho e o feijão; o mel da terra; as frutas indígenas em que sobressaíam as bananas, os ananases, cajus e maracujás; a caça grossa e miúda; os animais vivos trazidos à feira, pela estima que lhes davam os europeus, como os bugios e saguins, papagaios e tuins; bom e variado como o número de aves canoras; o peixe e os mariscos abundantes, oferecidos por baixo preço tudo aí se encontrava.

Em Goiana semanalmente a feira se repetia, como confirma a descrição do *Dicionário Geográfico e Descritivo do Império do Brasil*, datado de 1845:

Esta nova cidade é grande, mercantil, provida de pontes de madeira nos ribeiros que por ela passam, de várias fontes e de bastantes igrejas. (...) Há nela uma fábrica de curtume, armazéns onde se depositam as mercadorias, e todas as quintas-feiras uma feira de gado. Seu principal comércio consiste em algodão, açúcar, aguardente de cana, couros curtidos e por curtir, madeiras de marcenaria, carpintaria e tinturaria, e óleo de mamona, gêneros que se levam para o porto do Recife. O porto de Goiana fica a três léguas do mar e tem bastante fundo para os navios costeiros de grande porte; seu distrito é um dos mais férteis da província de Pernambuco.¹⁵

¹⁴ COSTA E SILVA, Genny da. *Bibliografia sobre Goiana; aspectos históricos e geográficos*. Recife, Comissão Organizadora e Executiva das Comemorações do IV Centenário do Povoamento de Goiana, Imprensa da Universidade Federal de Pernambuco. 1972 p. 92 e segts. Nota 88.

¹⁵ SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet. *Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil*. Paris: J. P. Aillaud, 1845.

No caso de Goiana, a feira resiste até os dias atuais, desdobrando-se cotidiana e indisciplinadamente pelas ruas da cidade, insinuando-se por becos e travessas, atestando a vocação de entreposto comercial do lugar e conferindo aspecto peculiar e característico à paisagem urbana das áreas centrais.

O geógrafo Manuel Correia de Andrade, no artigo intitulado “Evolução e características da pecuária nordestina”, refere que

na sétima década do século XVI iniciou-se a expansão de gado para o norte, tendo como pretexto a luta contra os potiguares que foram realmente incômodos aos engenhos que se fundaram no vale de Goiana. (...) O gado criado nos tabuleiros e nas caatingas era facilmente levado para a zona canavieira onde encontrava seu mercado consumidor. Nas zonas de contato entre a área agrícola e a pastoril surgiam as feiras de gado, em pequenas vilas onde o comércio era feito entre os senhores de engenho e fazendeiros ou comerciantes de gado. Essas feiras recuavam à proporção que a área agrícola se expandia para o norte.¹⁶

6.6. Os Mascates

A partir do século XIX, documentação mais abundante a respeito de Goiana permite uma análise consistente com relação à evolução da cidade, tanto do ponto de vista retrospectivo quanto do panorama referente a este período, até meados do século XX.

Obedecendo a uma ordem cronológica obtida por meio de cronistas viajantes, documentação oficial e da bibliografia sobre a cidade, resumidamente, pode-se concluir que o desenvolvimento de Goiana, iniciado na fase pós-ocupação holandesa, foi consolidado efetivamente no correr do século XVIII.

O desenvolvimento da área transformou Goiana no principal entreposto comercial da região, favorecendo o nascimento de uma expressiva população urbana voltada para as atividades comerciais, possibilitando, por conseguinte, o florescimento da cidade.

Por outro lado, deve ser lembrado que no período pós-holandês, ocorreu uma forte corrente migratória para Pernambuco, constituída de indivíduos procedentes do norte de Portugal, sobretudo de artesãos e gente do campo

emigrantes sem eira nem beira que, trabalhando como caixeiros ou mascateando pelos distritos rurais, acumulavam os recursos com que abrir negócio no Recife, onde mediam e pesavam, exercícios manuais e, portanto aviltadores, subindo por vezes a ‘mercador de sobrado’, isto é, capitalista [...] O financiamento da produção açucareira achava-se agora a cargo desses homens que adiantavam ao senhor de engenho o capital de giro com que operar.¹⁷

Esses personagens qualificados como “Mascates” transformaram a antiga estrutura social de Pernambuco, cujo foco de poder, até então, concentrava-se na figura do antigo senhor de engenho

em poder desses forasteiros ou mascates residia todo o comércio; eles, portanto eram os que supriam os engenhos e também os únicos que recebiam as caixas de açúcar. No fim das safras, cada senhor de engenho devia uma soma considerável ao mascate que o tinha suprido (...) tendo os mascates monopolizado a compra dos açúcares, outro remédio não tinham

¹⁶ ANDRADE, Manuel Correia de. *Evolução e característica da pecuária nordestina*, in *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*. Recife, 1959.

¹⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mazombos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. P. 125

os tristes pernambucanos que se sujeitarem à vontade do opressor europeu. Desta sorte, em poucos anos tornaram-se os mascates grossos capitalistas.¹⁸

Parte considerável dos mascates que vieram para Pernambuco estabeleceu-se em Goiana e dos investimentos realizados na área resultou o desenvolvimento da cidade, e foi “devido à presença em Goiana de uma comunidade de mercadores reinóis, espécie de guarda avançada do comércio recifense à porta do sertão, a qual, inexistente nas demais vilas do interior, procurava servir ali de contrapoder ao mandonismo dos pró-homens”, refere o historiador Cabral de Mello.¹⁹

Durante a Guerra dos Mascates, em 1711, Goiana foi invadida e pilhada pelos opositores desses homens de negócios e um dos relatos refere que a cidade foi “então posta a saque, não se poupando as moradas de pequenos comerciantes, de vez que, na frase atribuída a Jerônimo Cavalcanti, ‘nas casas destes se acham muitas vezes melhores coisas que nas dos ricos’, isto é, nas dos senhores de engenho”.²⁰

Ao longo do século XIX, os conflitos se acentuaram em Goiana por conta da presença de grande número de comerciantes portugueses na área:

em Goiana, a Maçonaria se constituiu em poderoso reduto da ‘portuguesada’, que a ela assistiu e financiou durante os anos de perseguição. Foi a Loja Maçônica Fraternidade e Progresso que protegeu os interesses dos portugueses, tomando a defesa de seus associados, garantindo-lhes as propriedades e negócios que estavam ameaçados de incêndio e promovendo ação criminal contra os patriotas. No Recife, ao contrário, quem defendia os portugueses de Goiana eram os jesuítas, por intermédio do jornal *A União*.²¹

Quando em 1810 o inglês Henry Koster visita a cidade, refere que a Vila de Goiana era

uma das maiores e mais florescentes da Capitania de Pernambuco, situada sobre a margem do rio do mesmo nome, em uma grande curva nesse local, quase a rodeando. As casas, com uma ou duas exceções, têm apenas um andar. As ruas são largas, mas não são calçadas. Uma das principais é tão ampla que admitiu a construção de uma grande igreja, numa das extremidades, e a extensão da rua é considerável em ambos os lados do edifício. A vila possui o convento dos Carmelitas e várias outras casas destinadas ao culto. Os habitantes são de quatro a cinco mil e esse número cresce diariamente. Há também lojas e o comércio com o interior é intenso. Nas ruas sempre são encontrados numerosos matutos, camponeses que vêm vender seus produtos e comprar objetos manufaturados de que têm necessidade. Nas imediações existem muitos e excelentes canaviais. Creio que as melhores terras da província estão nesses arredores. Os proprietários residem, parte do ano, na vila, e a comunicação estabelece rivalidade entre as famílias, determinando acréscimo de despesas, sendo beneficiada a vila com o aumento do consumo dos objetos de luxo. Os agricultores têm a vantagem do transporte por água, para Recife, de suas caixas de açúcar. O rio é um dos maiores, em várias léguas ao norte e ao sul, e é influenciado pela maré, até pouca distância abaixo da vila. Goiana

¹⁸ Idem. Nota 60 p. 126

¹⁹ Ibidem. Nota 61 p. 81

²⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mazombos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. P. 63

²¹ PINTO, Otavio. A visita de Silva Jardim a Goiana, *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife: Imprensa Oficial, 1946. Vol. XL, nota 117.

distância quatro léguas em linha reta, do mar, mas o rio calculam estar afastado umas cinco léguas.²²

No decorrer do século XIX tanto em Goiana quanto nas principais cidades do mundo e do Brasil, profundas transformações ocorreram nas formas cidadinas de viver. Mudanças que acarretaram uma espécie de rito de passagem do sagrado para o profano, com a adoção de padrões novos de urbanização provocados, grosso modo, pela revolução industrial e pelos ditames do imperialismo comercial inglês.

Além do aspecto estritamente religioso, passam a ser valorizados os mais variados setores necessários à sobrevivência das cidades as quais passaram a concentrar grande número de habitantes e os investimentos financeiros públicos, incidem em diferentes esferas da vida urbana.

No caso de Goiana surge nessa fase grande número de associações de caráter civil, tais como escolas, maçonaria, instituto histórico e biblioteca pública, além de um vigoroso sistema de informação, com uma atuante e diversificada imprensa responsável pela publicação de vários periódicos, cujo número era suplantado apenas pelas publicações produzidas no Recife.

Remontam ao século XIX, em Goiana, a construção de um cemitério público na cidade, a implantação de um sistema de abastecimento d'água potável, de iluminação a gás, a construção da estrada de rodagem em direção ao Norte da Província, a construção da nova Câmara e Cadeia, de uma nova ponte sobre o Rio Goiana, de uma barragem no Rio Capibaribe-mirim, com a retificação e ampliação do canal de Goiana, que servia ao porto fluvial da cidade, entre outras obras.

Depoimentos de várias procedências mencionam o dinamismo da cidade. O pastor metodista inglês Daniel Kidder, que visitou Goiana em 1845, de forma pouco elogiosa anotou em suas memórias:

avistamos Goiana, cidade de antiga e celebrada história. Vista de longe é de aparência muito aprazível, mas, das que dão falsa ideia da realidade. Todas as cidades brasileiras têm duas peculiaridades características no seu aspecto exterior: primeiro, os edifícios têm cor uniforme, branca; segundo, todas as eminências ou pontos proeminentes são adornados de templos de construção antiga. (...) Goiana, que é cabeça de comarca, dista quatro léguas de costa e quinze do Recife, e está situada entre dois pequenos rios. É residência dum juiz civil e outro criminal, e também dum prefeito de polícia. Possui uma aula de latim, duas escolas públicas primárias, um recolhimento, hospital de Misericórdia, convento de Carmelitas e cinco igrejas. (...) Próximo ao rio o lamaçal era profundo, e fui feliz em não molhar os pés ao atravessá-lo. Ao penetrar na cidade verifiquei que era sórdida e mesquinha. Quase que o único edifício que não ameaçava desabar era a nova cadeia, em via de construção.²³

Visitante ilustre à cidade de passagem em Pernambuco em 1859, D. Pedro II, retrata a cidade com melhores olhos:

Saímos de Itapirema depois de 4 da madrugada, e depois de ter andado algum tempo o caminho tornou-se bom até Goiana (...) há o projeto de

²² KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1975.

²³ KIDDER, Daniel. Impressões de um missionário metodista em Pernambuco. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*. Vol. XIV. Recife: 1908.

cortar as valas e a água do braço que passa perto da cidade, comunicando-o desde o porto até onde podem subir as barcaças com o braço que vai pelo Jacaré (...). Há muitas intrigas em Goiana e a rivalidade existente entre o João Joaquim e Antônio Francisco Pereira (...) até na recepção influiu a rivalidade, preparando-se para a minha hospedagem a Casa da Câmara e outra maior, sob a influência do João Joaquim, (...) Essa casa que preferi, tinha mais cômodos, podendo nela ficar igualmente os criados de honra (...) Visitei a cadeia por baixo da Casa da Câmara, que é bom prédio, concluído em 1848, sendo a obra à custa da Câmara. A cadeia no andar térreo é boa, havendo fogões. (...) A cidade tem de 6 a 8 mil almas, segundo ouvi; quase todas as casas são térreas.²⁴

6.7. A Casa da Câmara e Cadeia

A propósito desse exemplar da arquitetura oficial em Goiana, sabe-se que teve projeto aprovado e assinado pelo engenheiro francês Louis Lègèr Vauthier.

Em 1840, a convite de Francisco do Rego Barros, Presidente da Província de Pernambuco, Vauthier chega ao Recife para trabalhar e posteriormente dirigir a Repartição das Obras Públicas.

No período da permanência de Vauthier em Pernambuco entre 1840 e 1846 várias casas de câmara e cadeias estavam em construção, a exemplo da de Limoeiro, do Brejo da Madre Deus e a de Goiana.

Desde o ano de 1836 a documentação histórica refere o andamento da obra da Casa da Câmara e Cadeia de Goiana, como pode ser visto no documento exposto a seguir.

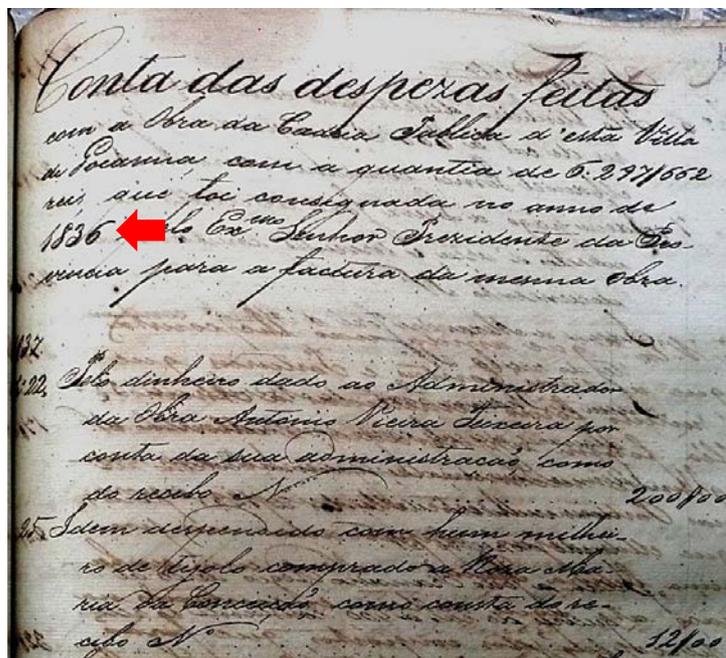


Imagem 03: Arquivo Público do Estado de Pernambuco. Coleção Câmaras Municipais.

Detalhe de conta “com a obra da Cadeia Publica d’esta Villa de Goiana” em 1836 (na seta).

No ano de **1839** o *Relatório* apresentado à Assembleia Legislativa por Francisco do Rego Barros Presidente da Província de Pernambuco (1837/1844) consta a notificação que “as

²⁴ D.PEDRO II. Viagem a Pernambuco. *Revista do Arquivo Público Estadual*, nº 31. Recife, 1975 pp. 96, 97

cadeias de Santo Antão, Goiana e Brejo, incumbidas às respectivas Câmaras, acham-se bastante adiantadas, segundo as informações que tenho recebido. O Governo tem mandado abonar-lhes as quantias necessárias para pagamento das despesas”.²⁵

Nesta época de construção da cadeia de Goiana, a direção da Repartição das Obras Públicas da Província estava sob a direção do Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros, Firmino Herculano de Moraes Âncora, cargo que ocupou entre os anos de 1835 e 1842. Seria dele a autoria do projeto inicial?

Em que pese a assinatura do francês por ocasião da finalização da obra, a documentação confirma que a mesma já estava em andamento em data anterior à sua administração na Repartição.

Enfim, em 1846 a obra da Cadeia de Goiana estava em conclusão segundo parecer do próprio engenheiro Vauthier conforme *Relatório* datado do mês de setembro daquele ano ao informar que, entre as obras em execução na Província, estava “o acabamento da Cadeia de Goiana”. E acrescenta: “Esta obra a muito reclamada e posta várias vezes em praça, achou enfim licitante... quando foi oferecida com 20% de aumento na importância do orçamento. Foi arrematada por 9:009\$867 e deve se finalizar em 17 de julho do ano vindouro”.²⁶

6.8. O declínio da Cidade de Goiana

No último quartel do século XIX, a construção de uma ferrovia integrando a Zona da Mata Norte de Pernambuco trouxe prejuízos definitivos à Goiana. Dominando o comércio do Agreste Pernambucano e dos sertões da Paraíba desde a época colonial como principal entreposto da Praça do Recife:

Ainda em 1881, quando se tornara evidente o declínio econômico da cidade, sua exportação para o Recife atingia uma cifra (34.000 toneladas) equivalente a 25% do volume físico das exportações da província, sendo quase igual à de Maceió e mais de duas vezes superior à da capital da Paraíba. Nos anos 1870, a construção do canal regularizando a navegação do Rio Goiana prometia assegurar sua posição, ameaçada por uma prolongada crise, que dramatizaram os motins nativistas e o fechamento de casas comerciais de súditos portugueses. Mas o desenvolvimento ferroviário ser-lhe-á prejudicial. Goiana deveria constituir o ponto terminal do caminho de ferro do norte da província mas, devido à facilidade da ligação marítima com o Recife, atribuíra-se prioridade às ferrovias que adentravam pelo interior, a Recife-Palmares, a Recife-Caruaru e a Recife-Limoeiro. Ora, o traçado deste interferia com a zona de privilégio da eventual ferrovia do norte, ao atingir pelo vale do Capibaribe, o *hinterland* da ‘mata seca’ (Limoeiro e Nazaré da Mata); ademais, já vimos que do outro lado da fronteira, a Conde d’Eu (ramal ferroviário da Paraíba) ambicionava cortar as comunicações de Goiana com o alto sertão paraibano e com o vale médio do Paraíba. (...) O Conselho de Estado deu ganho de causa à ferrovia do Limoeiro, com o argumento de que o ramal Nazaré-Timbaúba constituía uma linha de interesse geral, podendo ser eventualmente estendida à Paraíba e interligada à Conde d’Eu. Destarte, Goiana ficou

²⁵ Relatório do Presidente da Província, Francisco do Rego Barros, apresentado à Assembleia Legislativa da Província de Pernambuco. Recife, 1839.

²⁶ COSTA E SILVA, Genny da. *Bibliografia sobre Goiana: aspectos históricos e geográficos*. Comissão Organizadora e Executiva das Comemorações do IV Centenário do Povoamento de Goiana. Recife: Imprensa da UFPE, 1972 p. 404.

irremediavelmente marginalizada, escreveu o Historiador Evaldo Cabral de Mello, no livro *O Norte Agrário e o Império*.²⁷

A opção por esse traçado da estrada de ferro, que excluiu Goiana do roteiro, foi analisada por Paulo Cavalcanti, quando escreveu:

em consequência da política da “mão forte” e das medidas repressivas do governo e da polícia, os comerciantes portugueses foragidos puderam voltar às suas atividades, sentindo-se encorajados para tentar a vida em Goiana. Por essa época, um fato dos mais significativos abalou o povo do município. O ramal da estrada de ferro Recife-Limoeiro, que estava sendo planejado para alcançar Goiana, foi desviado para Nazaré, como castigo por suas lutas contra os portugueses.²⁸

Não obstante os prejuízos decorrentes da nova ferrovia, ao final do século XIX, a cidade foi contemplada com um investimento industrial de grande porte, a implantação da Companhia Industrial de Fiação e Tecidos de Goiana (FITEG), em 1893.

6.9. A história e a percepção da cidade

Em 1940, a Comissão de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Pernambuco fez executar, pelo desenhista Manuel Bandeira, o Mapa “*Monumentos e Curiosidades de Goiana*”.

Neste documento, anterior à construção da BR-101 Norte, são apontados os principais eixos de comunicação, acesso e tráfego na cidade, até então existentes e localizadas as principais edificações da área urbana.

Estão indicados e registrados nesse documento cartográfico os nomes primitivos dos locais e ruas que caracterizavam a implantação, os usos e a ordenação da cidade, desde os tempos matriciais. Recuperadas, as designações antigas serviam para nortear os acessos aos lugares de acordo com suas funções e referências explícitas, tais como Estrada para o Recife, Estrada para João Pessoa, Estrada para Tambémé, Rua do Trapiche, Beco do Curtume, Rua do Limoeiro, Beco do Guindaste e muitas outras.

As indicações registradas neste mapa constituem excelente ponto de partida para recuperar a leitura, compreensão da história e evolução urbana de Goiana desde sua origem, visando a restituir aos moradores interpretação cultural adequada a valorização do patrimônio histórico-cultural do lugar.

Sem a compreensão do sentido deste valor pelos que hoje fazem Goiana, pouco poderá ser feito por meio de medidas oficiais de caráter impositivo e restritivo, que ao contrário, podem contribuir para a desconstrução do caráter da cidade e impedir o desenvolvimento urbano consolidado na riqueza histórica do lugar.

6.10. O que eram as Câmaras Municipais?

Eram as sedes da administração e da justiça nas cidades brasileiras desde o início da colonização até 1828.

²⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. Nota 16 p.

230

²⁸ COSTA E SILVA, Genny da. *Bibliografia sobre Goiana; aspectos históricos e geográficos*. Recife, Comissão Organizadora e Executiva das Comemorações do IV Centenário do Povoamento de Goiana, Recife: Imprensa Universitária da UFPE, 1972.

A criação de Municípios e Câmaras constitui legado inspirado no Direito Romano, adotado em Portugal a partir da consolidação da monarquia lusa ao final da Idade Média. Explicitadas e confirmadas na legislação portuguesa das Ordenações Afonsinas de 1446, Manuelinas de 1514 e Filipinas de 1603, as Câmaras eram também chamadas de Senado nas municipalidades mais importantes.

O Município é a extensão territorial da ação da Câmara ou termo da ação dos vereadores, isto é, do conjunto de indivíduos eleitos pelo povo para tal fim, mas: “o espaço da autoridade municipal era o último na hierarquia das unidades administrativas coloniais. Em primeiro lugar vinha o Estado do Brasil, seguido das Capitânicas... compostas por um pequeno número de Comarcas... [estas] compostas pelos Termos, cuja sede - vilas e cidades - abrigava a Câmara. Os Termos se subdividiam ainda em Freguesias, unidades de fundo eclesiástico”.²⁹

Desde o estabelecimento das primeiras vilas no Brasil o poder civil foi convocado a partilhar da administração pública pelas Câmaras de Vereadores. Aqui o espaço político da ação das câmaras ultrapassava os limites do seu espaço territorial administrativo, legalmente definido, característica atribuída às peculiaridades do lugar ou aos

agentes locais conhecedores das particularidades da terra”, fato que contribuiu para ampliar o desempenho delas, visto que: “possuíam o direito de se corresponder diretamente com o monarca, com o governador-geral ou o vice-rei, queimando etapas na hierarquia... subvertendo assim qualquer aparente ordem de poderes... as câmaras municipais mais importantes constantemente almejavam a condição de igualdade em relação ao capitão mor, capitão general ou governador, no que tangia à representação do poder régio... Isso faz com que alguns senados se intitulassem cabeças do povo”.³⁰

Em 1677, por exemplo, a Câmara de Olinda “fez saber que o governador não tinha autoridade alguma no seu pendão, e que o corpo das câmaras, não menos que os governadores ultramarinos, representavam a pessoa de Sua Majestade”.³¹

A confirmar o poder político dessa instituição no Brasil colonial, Manuel Guedes Aranha, Procurador do Povo do Maranhão em confronto com o governador local no mesmo ano de 1677 escreveu:

chama o Direito às Câmaras ou Senados delas, guardas e vigias das leis por serem os verdadeiros membros das *respúblicas*, formadas por cidadãos e bons homens, que os povos elegem por suas cabeças para em tudo que puderem, terem por ofício melhorarem o serviço de Deus e o de seus príncipes e o bem comum; sem as tais guardas e leis é impossível permanecer uma coisa sem outra; menos pode permanecer Estado onde os que haviam de ser guardas são oprimidos... o que se usa nas *respúblicas*... é irem os governadores às Casas dos Senados, por não serem casas de nenhum particular, mas deputadas para tais atos; e se os governadores representam as pessoas reais, as *respúblicas* – Câmaras ou Senados – representam os primeiros governos do mundo”.³²

²⁹ SOUZA, George Felix Cabral de *Os homens e os modos de governança*. Recife: Gráfica Flamar, 2003 p. 75

³⁰ Idem, p. 76

³¹ GARCIA, Rodolfo. *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil 1500- 1810*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.

³² Idem

As câmaras compunham-se “de um juiz, seu presidente nato, três ou quatro vereadores, segundo o foral ou costume da terra... um escrivão, um procurador... e um tesoureiro. Todos esses membros tomavam o nome de Oficiais da Câmara”.³³

Vereação “era a junta dos oficiais da câmara para ordenarem o que era do bem do conselho e utilidade pública”.³⁴

Aos Vereadores cabia ‘verear’, ou seja, “andar vendo como se cumpriam as posturas, quais as necessidades novas ou abusos, como se conservavam os bens do município, como se abasteciam os mercados, evitando a ruindade, a carestia e o atravessamento de víveres”.³⁵

As funções camarárias eram exercidas gratuitamente e o não comparecimento às sessões poderia levar ao pagamento de multas e até a prisão, penas previstas em lei.

Os vereadores exerciam conjuntamente, os poderes administrativo, judiciário – no cível e no crime - fiscal, militar e o legislativo, com interfaces também no eclesiástico. Em casos graves convocavam ainda os chamados “ajuntamentos do povo”, para deliberações conjuntas com seus membros. Ao longo de todo o período do Brasil colônia cabia a elas legislar, administrar, policiar e punir.

Para atender à função de punir os transgressores o mesmo edifício onde funcionava a Casa de Câmara abrigava também a Cadeia.

Às Câmaras competia além de eleger os Vereadores, administrar os bens do conselho, as obras e benfeitorias municipais, elaborar posturas, impor taxas sobre as obras e os ofícios mecânicos, preços das jornadas dos trabalhadores, dos criados e dos gêneros do comércio, como vinho, pão, carne e sabão. Além de cuidar da alimentação dos presos, podiam impor fintas ao povo, quando as rendas não eram suficientes para suas despesas. Entre suas atribuições estava a de tratar das procissões que eram obrigadas a fazer, como a da Visitação de Nossa Senhora, no dia 2 de julho de cada ano e a do Anjo da Guarda, no terceiro domingo do mesmo mês.

O trabalho dos oficiais das câmaras constava em definir e construir caminhos, calçadas, chafarizes, fontes, pontes, assim como impor normas e fiscalizar a manutenção da higiene pública nas cidades.

O processo eleitoral para escolher os oficiais ou membros das câmaras era realizado por meio de sistema que combinava votação, indicação e sorteio. Juízes, vereadores e almotacés, pertencentes exclusivamente, à elite ou classe social privilegiada, eram eleitos pelos ‘homens bons’. Ser um homem bom significava ser proprietário de terra, ter ascendência cristã e não praticar ofícios mecânicos ou atividades manuais: “junto ao conselho da câmara havia também o Procurador, a quem competia requerer tudo que fosse de utilidade pública, cabendo-lhe, além disso, as funções de tesoureiro nas vilas em que não existisse este cargo”.³⁶

Assim,

as eleições se faziam pelo sistema indireto: os homens bons do povo votavam em seis eleitores que, por sua vez votavam, em segundo turno, nos candidatos aos cargos... eram eleitos dois juizes ordinários ou da terra;

³³ Ibidem

³⁴ GARCIA, Idem

³⁵ Ibidem

³⁶ BARRETO, Paulo Thedim. Casas de Câmara e Cadeia. *Arquitetura Oficial I. Textos escolhidos da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1978 pp. 113 e 115

três ou quatro vereadores e o procurador... os juizes ordinários exerciam alternadamente a presidência da câmara. O juiz, os vereadores e o procurador formavam o corpo da câmara e, diziam-se Oficiais da Câmara.³⁷

A esfera de poder dos oficiais das câmaras ultrapassava os interesses materiais e ligava-se, sobretudo, aos ganhos de prestígio, força política e a concessão de vários privilégios a seus membros, como não poderem ser presos, processados ou suspensos, senão por ordem régia.

O Pelourinho, principal sinal material da personalidade jurídica da Câmara era,

uma coluna de pedra, ou madeira, picota, a prumo, posta em alguma praça principal da vila ou cidade, à qual se atava pela cintura o preso que se expunha à vergonha ou era açoitado; tinha uma argola onde se podia enforcar e dar tratos de polé. Era o símbolo do município e era de obrigação levantá-lo na criação de novas vilas.³⁸

A legislação colonial pertinente às câmaras esteve em vigor até a promulgação da Lei de 1º de outubro de 1828, quando foram abolidas as funções de caráter judicial e policial das mesmas.

Não obstante o perfil aristocrático dos seus membros, as câmaras desempenharam papel democratizante na colônia desde que, com a participação da população, mesmo de forma indireta, tratavam de defender os interesses dos munícipes, em contraponto ao autoritarismo dos representantes da metrópole.

As câmaras municipais estabeleceram fortes ligações com a sociedade e constituem o único órgão que sobreviveu aos tempos do Brasil Colônia e até reforçou seu poder, permanecendo atuante até os dias atuais e “durante os séculos coloniais elas foram os núcleos de cristalização do nosso sentimento político. Em nome dele sabiam falar com firmeza e às vezes até com arrogância”.

6.11. Em Pernambuco

Deve-se a Duarte Coelho a fundação da primeira Casa de Câmara e Cadeia em Pernambuco. Pouco tempo depois de chegar ao Brasil em 1535, instituiu ele, em Olinda, a primeira Câmara do Senado da Capitania, de acordo com as prerrogativas que eram conferidas aos donatários, segundo as quais tinham “poder por si, ou por seu ouvidor, de estar [convocar] a eleição dos juizes e oficiais da câmara, alimpar e apurar as pautas das respectivas eleições e passar carta de confirmação aos ditos oficiais e juizes... erigir vilas, com seus competentes termos, jurisdição, liberdades e insígnias, segundo a forma dos costumes do reino”.³⁹

As Casas de Câmara e Cadeia tinham edifícios próprios, “bem construídos e vistosos” como a que foi erguida em Olinda, situada na área mais importante da vila, junto à Igreja Matriz de São Salvador. Com a ocupação holandesa do Nordeste - 1630/1654 - a cidade foi semidestruída, seus moradores foram forçados a deixá-la e a primitiva Casa da Câmara olindense foi abandonada. Posteriormente o edifício onde funcionava foi cedido para servir de residência aos bispos e transformado em Palácio Episcopal.

³⁷ Idem

³⁸ GARCIA. liv. cit. p. 97

³⁹ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos*. Recife: FUNDARPE 1983/1985 10 vols. IX pp. 276, 279, 280

6.12. O Programa arquitetônico das Casas de Câmara e Cadeia

Os edifícios construídos para servir como Casas de Câmara e Cadeia no Brasil obedeceram a um Programa Arquitetônico constituído especificamente para atender às necessidades dos serviços administrativos, judiciais e penitenciários.

O mais completo trabalho sobre este tema, intitulado “Casas de Câmara e Cadeia” foi elaborado pelo arquiteto Paulo Thedim Barreto. Servirá como instrumento principal a fundamentar as considerações que serão feitas com relação às Casas de Câmara e Cadeias do Brasil a seguir expostas.⁴⁰

Compunham-se essas casas de

duas partes distintas... Câmara, como simples salas destinadas para os serviços camarários e para os da judicatura... Cadeia, casas destinadas à prisão... O maior ou menor desenvolvimento deste programa era função dos recursos materiais de que dispunham os municípios. Os serviços das Câmaras satisfaziam-se, em geral, com uma ou então, com duas Salas: a Casa da Câmara e a Casa das Audiências... A Casa de Câmara era uma sala nobre onde os oficiais se reuniam... A Casa de Audiência era outra sala nobre e servia para as audiências dos ouvidores, juizes e mais julgadores.

Nesse programa arquitetônico é incontestável a

preferência por dois pavimentos. E o rés do chão é, segundo o costume geral do Brasil, ocupado pela Cadeia” menciona o autor, que observou ainda: “o princípio que orienta a construção da Cadeia é o da segurança. Aí tudo se fortalece na singeleza. Já na Câmara, quase tudo se expressa em apuros de delicadeza. Neste contraste tudo contribui para soluções plásticas cujas formas comuniquem aos monumentos e às suas partes constitutivas conveniência, solidez e expressão... A ordem de finura e o grau de reforço que se submetiam os elementos de distribuição e os elementos decorativos da Casa de Câmara e Cadeia eram também módulos que lhes davam proporcionado caráter.

Outro tipo de prisão era chamado Aljube e destinava-se ao recolhimento daqueles que atentassem contra o Código Canônico. É

palavra de origem árabe, aljube significa cárcere, masmorra, tem... significação restrita de “cárcere de foro eclesiástico” utilizado para o recolhimento de homens e mulheres acusados de delitos contra a religião católica romana, sob jurisdição eclesiástica. Onde não havia edifícios próprios os clérigos eram presos na cadeia pública. Em algumas cidades foram construídos Aljubes, como o de Olinda, que teve projeto dos engenheiros João de Macedo Corte Real e Diogo da Silveira Veloso datado de 1722: “todo o pavimento térreo do mesmo era destinado à prisão de pretos, mulatos e feiticeiros... [na qual estava também] uma sala destinada ao recolhimento dos homens de distinção social... e uma “sala fechada” que servia de casa de prisão para as mulheres.⁴¹

Ao pé da maioria das cadeias eram erguidos Oratórios, de finalidade penal-religiosa, que consistiam em capelinhas ou mesmo a um cômodo com altar, local onde os sentenciados ouviam missas e recebiam assistência dos padres.

⁴⁰ BARRETO, Paulo Thedim . liv. cit.

⁴¹ MELLO Neto, Ulysses Pernambucano de. *Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco. O Prédio*. Recife: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, 1982.

No caso da Câmara e Cadeia do Recife o Oratório não foi incluído no prédio e sim em frente à cadeia, como indica a documentação histórica:

Esse Oratório... foi mandado construir em 1716 pelo Governador D. Lourenço de Almeida, destinado à celebração de missas para os presos ouvirem... Fica esta capela no andar da rua que vai do palácio pelo nosso convento [Franciscano] adiante, da parte da mão direita, ficando-lhe da outra parte a cadeia, entre a qual e a capelinha corre a rua. É pequena, em forma de oratório, com seu arco e porta, e dentro não consta mais do que o altar para a celebração da missa.⁴²

O maior percentual do espaço dos edifícios das câmaras e cadeias era destinado às funções prisionais. As cadeias constituíam “um dos esteios do regime. Penas pecuniárias e corporais previam-se até nas simples posturas. Povo, clero e nobreza estavam sujeitos à prisão... não escapavam sequer os oficiais das câmaras... Prendia-se por tudo”.⁴³

Era de tal forma significativa a função prisional exercida pelas câmaras no âmbito urbano que as ruas tomavam logo o nome delas, como o foi no Recife desde a Rua da Cadeia Velha, do tempo dos holandeses no bairro portuário, depois, com a Rua da Cadeia Nova, no de Santo Antonio.

Na Cadeia os espaços de serventia como indica Thedim Barreto, eram os seguintes:

Enxovias, cômodos onde eram distribuídos os detentos de acordo com as diversas categorias, como sexo, cor e classe social: “tinham designações próprias... enxovias de homens, de mulheres, de brancos, de pretos e de galés; casa para presos... segredo”;

Sala-livre ou prisão para gente qualificada;

Sala-fechada, uma sala forte para manter os presos;

Segredo, o espaço lúgubre da cadeia era “uma casa em que se metem pessoas por culpa grave por tantos dias e lhe vão fazer perguntas e dar tratos para os obrigar a confessar a verdade. Dar tratos... significa torturar... não tinham nenhuma abertura para o exterior... era uma imagem dos cárceres da odiosa inquisição. Na cadeia de Salvador havia dez segredos”;

Casa dos Carcereiros, onde residiam os carcereiros;

Casa do Corpo da Guarda, para alojar os soldados encarregados de vigiar os presos;

Enfermaria e Botica, onde ficavam os detentos doentes.

Completando o programa arquitetônico das Casas de Câmara e Cadeias estavam “Salas-de-entrada, Corredores, Pátios, Terreiros, as Escadas e as Escadas móveis”.

As prisões “colocadas no andar térreo, eram denominadas Enxovias. O acesso às enxovias se fazia em geral, por alçapões abertos no piso do sobrado e a elas se descia por ‘escadas de mão... escadas móveis. Muitas enxovias não tinham nenhuma porta; apenas janelas com grades”.⁴⁴

O ‘Segredo’ da Cadeia do Recife, que consistia apenas em um armário adaptado para esta finalidade, foi exemplarmente descrito pelo padre carmelita, Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, líder e mártir da Revolução de 1824:

Desta vila (de Igarassu) que dista de Olinda seis léguas, saindo pelas seis da manhã do dia 17 de dezembro, viemos entrar nessa praça do Recife a uma hora da tarde... e nós, por um rol particular, nomeadamente eu, o

⁴² BARRETO, Paulo Thedim liv. cit.

⁴³ Idem

⁴⁴ BARRETO, liv. cit.

Rangel, o padre Mercês, o Carneirinho, o major José Maria Ildefonso, o Agostinho e o padre Inácio Bento, mandou-nos para a cadeia incomunicáveis, em um calabouço que antes servia de armário de guardar as cabeças dos enforcados. Este infernal calabouço tem de comprimento 13 palmos e de largura é tão estreito que um dos companheiros, que era o mais alto de nós, estando deitado, tocava com a cabeça em uma parede, e com os pés na outra oposta. O pavimento deste terrível lugar estavam todos alagados de alcatrão, que tinha derramado de um barril rachado, que estava colocado a um dos ângulos, de sorte que foi necessário mandar-nos esteiras grossas para alcatifar; as quais, postas em duas ordens, assim mesmo não foram assaz para impedir que o alcatrão passasse além e nos emporcalhasse os corpos. Esse terrível, estreito e imundo calabouço é tão tenebroso que, estando nós unidos uns aos outros, não nos avistávamos, porque nem um raio de luz entrava, e unicamente por muito favor nos levava o segundo carcereiro, de vinte em vinte e quatro horas, na ocasião do jantar, um rolo, que se acendia unicamente enquanto enxergássemos os pratos, o que acabado, se acabava, e ficávamos envoltos nas trevas desta horrorosa masmorra, e mesmo até por este favor da luz ao jantar foi necessário que um dos companheiros untasse com dinheiro as mãos do dito segundo carcereiro.⁴⁵

Portas e janelas eram importantes elementos nesses edifícios, pela relação que mantinham não só com a dignidade da Câmara, mas, sobretudo, com a questão da segurança dos presos. Desempenhavam importante papel de exemplaridade no âmbito das funções que a Câmara exercia papel que hoje pode ser considerado como o da comunicação com a população.

Portas com sacadas, localizadas no andar onde funcionavam as dependências da Câmara, serviam também como tribunas, e eram utilizadas pelos representantes da casa para falar ao público.

As janelas das prisões, com grades reforçadas, situadas nos pavimentos inferiores exerciam função igualmente significativa, a da exemplaridade das penas e açoites aplicados aos presos.

Nas janelas da cadeia do Recife tornaram-se famosos os açoites aplicados a grande parte dos rebeldes da Revolução de 1817:

era um espetáculo pungente esse os açoites públicos, e que, entretanto, atraía muita gente. Os algozes eram criminosos condenados... Os espectadores atiravam-lhes dinheiro para os excitar a dar com mais força... Amarrado o paciente, de pé, a uma das grades de ferro das janelas do andar térreo da cadeia, e despido da cintura aos pés, recebia assim, a relho, os golpes, aplicados sobre as nádegas, que aos doze primeiros, ficava a carne a descoberto e a verter sangue... Bem poucos gritavam... alguns desmaiavam e ficavam como mortos.⁴⁶

Na década de 1920 o edifício secular da antiga Casa de Câmara e Cadeia do Recife foi reformado, 'estilizado' ao gosto e modismo do neocolonial utilizado intensamente nos anos da década de vinte do século XX, além de internamente remodelado para atender à nova destinação como Paço Municipal ou Prefeitura da cidade. À Casa da Câmara e Cadeia de Goiana teria sido aplicado idêntico tratamento?

⁴⁵ Itinerário que fez Joaquim do Amor Divino Caneca, saindo de Pernambuco a 16 de setembro de 1824, para a Província do Ceará Grande em *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, 1779-1825*. Organização e introdução de Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Editora 34, 2001 (Coleção Formadores do Brasil)

⁴⁶ COSTA, F. A. Pereira da, liv. cit. VII pp. 464 a 468

Documentação histórica sugere o ano de 1925 como a data de reforma do prédio da Câmara e Cadeia para transformá-lo em sede da Prefeitura de Goiana.

Sob a perspectiva de patrimônio imaterial, as Casas de Câmara e Cadeia, que em alguns casos tiveram seus edifícios adaptados ou transformados em sede de prefeituras, contem uma carga de densidade histórica de grande significado para a vida dos cidadãos.

Com a Independência do Brasil, a autonomia de que gozavam as câmaras municipais foi drasticamente diminuída. O império centralizou a administração pública através da Constituição de 1824. A duração da legislatura foi fixada em quatro anos e o vereador mais votado assumia a Presidência da Câmara. Em tal cargo, o presidente da Câmara continuou a ser, no entanto, responsável por funções comparáveis às do atual prefeito, além de seus encargos como vereador e como presidente da Câmara dos Vereadores.

Depois da Proclamação da República Brasileira em 1889, as câmaras municipais foram dissolvidas e seus poderes, alterados. Os presidentes/governadores dos estados foram habilitados a nomear os membros do Conselho de Intendência. Tais conselhos de intendência foram responsáveis, com exclusividade, pelo poder executivo municipal, separando este poder do legislativo, que continuou a cargo das câmaras municipais, uma vez que estas foram recompostas.

Continua a existir, na maioria das vezes, no entanto, uma coincidência entre o cargo de intendente e o de presidente da câmara, conquanto ele agora seja um líder comum para dois poderes distintos, o executivo e o legislativo, tendo sob seu poder, portanto, duas máquinas independentes uma da outra. Designado pelo presidente de cada estado da federação, o intendente, sendo muitas vezes presidente do corpo legislativo municipal, continuava a ser eleito, primeiro, por seus pares, vereadores.

Em 1905, cria-se a figura do "intendente geral" e é instituída a "intendência municipal". Não há mais a coincidência entre os dois cargos, o de intendente e o de presidente da Câmara. No entanto, ao mesmo tempo em que os membros da câmara municipal e, portanto, indiretamente o presidente da Câmara, são eleitos pelo povo, o intendente geral continua a ser apontado pelo governador de cada estado.

Tal sistema permanece até 1930, quando, com a Revolução e o início da "Era Vargas", cria-se a figura do prefeito e institui-se a "prefeitura", à qual, como acontecia anteriormente com a intendência municipal, continuam a ser atribuídas as funções executivas do município. O prefeito, a partir da Constituição de 1934, passa a ser escolhido pelo povo, embora durante os vários períodos ditatoriais da história do Brasil por vezes o cargo tenha sido preenchido por indicação dos governos federal ou estadual.



Imagem 04: A sede da municipalidade de Goiana em 1935. Acervo: Fundarpe, autor Frei Antônio, capuchinho.

No Brasil, uma prefeitura é a sede do poder executivo do município (semelhante à câmara municipal, em Portugal). Esta é comandada por um prefeito (nas cidades brasileiras e por um presidente de câmara nos municípios portugueses) e dividida em secretarias de governo, como educação, saúde ou meio ambiente. O termo prefeitura também pode designar o prédio onde está instalada a sede do governo municipal, também chamado de paço municipal onde geralmente se localiza o gabinete do prefeito.

A instituição da prefeitura e de seu encarregado maior, o "prefeito", é algo relativamente novo na história do Brasil. O poder hoje exercido pela prefeitura foi anteriormente exercido pela câmara municipal, pelo conselho de intendência e pela intendência municipal.

7. CAMPO DE ATUAÇÃO

O imóvel da Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, no. 203, considerado como casa e terreno, isto é, paredes internas, fachadas, pisos e cobertas bem como as áreas livres (a céu aberto) situadas na parte posterior e nas ilhargas do edifício.

8. METODOLOGIA

Arqueologia de Restauração aplicada ao conhecimento da trajetória do objeto arquitetônico, com vistas a conhecer e interpretar tanto as alterações eventualmente introduzidas no decorrer do tempo quanto às permanências do artefato, com vistas à recuperação e socialização do bem.

Os trabalhos a serem desenvolvidos deverão buscar atender ao princípio restaurativo da mínima intervenção necessária para alcançar-se o conhecimento do bem em exame.

As técnicas a empregar devem prestigiar os métodos não invasivos e as eventuais remoções de revestimentos de pisos e paredes devem conciliar-se com as intervenções das obras civis que serão executadas.

Dentre as atuações não invasivas devem estar previstas prospecções por iluminação especial, exame dos levantamentos cadastrais e do sistema e métodos construtivos utilizados no imóvel ao longo do tempo.

Os métodos invasivos devem ser minimizados pelo uso de sondagens por trado de toque e por amostragem quando da eventualidade da remoção de revestimentos, e deve-se estimar que não ultrapassem 8% da área revestida, quer de cotas negativas, quer positivas.

Deverão ser usados modelos preditivos levando-se em conta o “arranjo” do edifício, no sentido segundo o qual a edificação responde a uma determinada disposição técnica dos ambientes que atendia aos requisitos culturais e operacionais consagrados pelas relações sociais desenvolvidas no imóvel.

Deverão ser usados ainda modelos de pesquisa “aleatória” por meio do quadriculamento das áreas a pesquisar para permitir a coleta de amostragem desvinculada do primeiro modelo, visando-se ao posterior cruzamento dos dados obtidos.

9. SEQUÊNCIA DAS OPERAÇÕES

9.1. No sítio

- 1º. Comunicação ao Iphan/PE por ocasião do início das pesquisas arqueológicas de campo;
- 2º. Estabelecimento de canteiro de pesquisa;
- 3º. Implantação do planejamento das prospecções no campo;
- 4º. Documentário fotográfico antes, durante e após prospecções;
- 5º. Controle gráfico e anotações das prospecções;
- 6º. Restabelecimento da situação encontrada nos locais de prospecção;
- 7º. Limpeza e acondicionamento de material arqueológico;
- 8º. Desmobilização do canteiro de pesquisa;
- 9º. Relatório textual, gráfico e fotográfico de campo com recomendações de preservação do sítio arqueológico evidenciado.

9.2. No gabinete/laboratório

- 1º. Pesquisa histórica;
- 2º. Reprodução de dados e documentos;
- 3º. Seleção e sistematização de dados de pesquisa histórica e arqueológica;
- 4º. Relatório interpretativo e conclusivo final das atividades com recomendações de preservação de eventuais remanescentes.

9.3. Educação patrimonial e meios de divulgação

- Publicação de livreto a ser previamente submetido ao Iphan/PE, acerca da trajetória da Casa da Câmara e Cadeia de Goiana e dos resultados obtidos pela pesquisa arqueológica.
- Elaboração, edição, impressão e distribuição de 1.000 (hum mil) livretos direcionados à comunidade goianense, em especial os professores da rede pública de ensino.
- Banner de informação e divulgação aplicado no tapume do canteiro de pesquisa.

10. PRAZO

Foi estimado um período de 60 (sessenta) dias para os trabalhos de campo. Os de laboratório/gabinete, 70 (setenta) dias. A elaboração do Relatório único e final do Projeto deverá ser concluída em 20 (vinte) dias. A pesquisa deverá prever um total de 90 (noventa) dias corridos, contados da data da publicação no DOU da Portaria de autorização pelo Iphan das pesquisas arqueológicas. Para a elaboração do banner e do livreto estima-se 40 (quarenta) dias.

O prazo de autorização a ser concedido por Portaria do Iphan deverá ser de 120 (cento e vinte) dias.

10.1. Cronograma Físico das Atividades

Item	Atividades	1º. mês			2º. mês			3º. mês		
1	Pesquisa histórica									
2	Planejamento do campo									
3	Prospecções não interventivas									
4	Prospecções interventivas									
5	Limpeza e acondicionamento do material arqueológico									
6	Registros dos resultados: laboratório e gabinete									
6.1	Gráficos									
6.2	Fotográficos									
7	Educação Patrimonial/ <i>banner</i> e livreto									
8	Registro do Sítio Arqueológico no CNSA/Iphan									
9	Relatório final interpretativo									

 10 dias

11. PRODUTO

O relatório final deverá ser entregue ao Iphan para análise e aprovação em duas vias impressas e encadernadas acompanhadas de uma cópia em meio digital.

ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENDOSSO INSTITUCIONAL E CIENTÍFICO

Declaração do órgão/empresa que se encarregará da guarda e gestão futura do material eventualmente recolhido nas pesquisas arqueológicas.

Observações:

1. Nos termos do art. 5º, VI deve-se juntar ao Projeto de arqueologia COPIA DO ATO CONSTITUTIVO (CONTRATO SOCIAL) e do CNPJ da empresa ou órgão responsável.
2. Estas cópias devem ser encaminhadas encadernadas junto com o Plano de Trabalho Científico - Arqueologia da Restauração: Paço Municipal Goiana – PE que deverá ser enviado ao Iphan/PE onde deverão ser entregues mediante protocolo.

MODELO DE DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, em especial para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/PE) **que a** empresa/órgão estabelecida a endereço da empresa/órgão, cidade/UF, neste ato representada pelo seu Nome do representante legal pela empresa **conhece, endossa e apoia o Plano de Trabalho Científico Arqueologia da Restauração: Paço Municipal de Goiana**, situado à Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 203, Centro, Goiana, Pernambuco.

Declaramos ainda que na eventualidade de resgate de material arqueológico de interesse a empresa/órgão abaixo firmada, garantirá a guarda do material produzido, até ulterior deliberação em conjunto com o Iphan/PE.

Cidade - UF, Data

Nome do representante legal da empresa
Cargo do representante legal da empresa

ANEXO II – MODELO DE COMPROVAÇÃO DE IDONEIDADE FINANCEIRA

Declaração formal do órgão/empresa que se responsabilizará em arcar com os custos totais dos trabalhos arqueológicos da pesquisa e da divulgação dos resultados finais obtidos.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE IDONEIDADE FINANCEIRA

A empresa **NOME DA EMPRESA** visando atender exigência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, em especial os termos da Portaria IPHAN nº 07/1988 - art. 5º V - **DECLARA**, para fins de **comprovação de idoneidade financeira**, que contratou o arqueólogo NOME DO ARQUEÓLOGO, membro da Sociedade de Arqueologia Brasileira, sócio efetivo nº XXX (se houver), cadastrado no IBAMA sob nº XXXXXX para **elaborar e executar o “PLANO DE TRABALHO CIENTÍFICO - Projeto de arqueologia da restauração: monitoramento, resgate e salvaguarda de achados arqueológicos”** no edifício que sedia o Museu Histórico de Igarassu, Centro Histórico de Igarassu, Pernambuco.

Declara ainda que, nos termos do artigo 5º parágrafo 1º da Portaria Iphan nº 07/88, **garante a execução dos trabalhos** de arqueologia supracitados bem como **a guarda de material arqueológico** eventualmente recolhido no decorrer dos serviços arqueológicos.

Cidade – UF, Data

NOME DA EMPRESA

Nome do Representante Legal da Empresa

Número do Registro Profissional

ANEXO III – MODELO DE CURRÍCULO DA EQUIPE TÉCNICA

NOME:
ENDEREÇO:
TELEFONE:
e-mail:

ESTUDOS SUPERIORES

EVENTOS CIENTÍFICOS

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Assinatura
Nome do Profissional Completo
Profissão/Função na Equipe.
Data.

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

São as respectivas Declarações de Concordância de participação de todos os integrantes da equipe responsável pela implantação do Plano de Trabalho Científico.

MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARO para os devidos fins, em especial ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, que aceito participar da equipe técnica do projeto intitulado: “**PLANO DE TRABALHO CIENTÍFICO - Projeto de arqueologia da restauração: monitoramento, resgate e salvaguarda de achados arqueológicos**”, no edifício que sedia o Museu Histórico de Igarassu, Centro Histórico de Igarassu - Pernambuco, cujo empreendedor é a empresa **NOME DA EMPRESA**.

Cidade – UF, Data.

Nome do Participante
Profissão/Função na Equipe
RG: XXX
CPF: XXX
Inscrição no IBAMA (se houver)
Endereço | CEP